

LUÍS OTÁVIO DA SILVA RODRIGUES; IAN RINALDO DE SOUZA SILVA/ VIVIANE MARQUES ASSUMPÇÃO; WANELLE LAYSE SILVA FERREIRA; CAMILA MUNIZ OURO; NATÁLIA LIMA DE BARROS CAETANO; GABRIELLA FERNANDES MAGALHÃES/ CENTRO UNIVERSITÁRIO GUANAMBI - UniFG

INTRODUÇÃO

Medicamento potencialmente perigoso (MPP) é aquele que requer uma maior atenção na utilização devido ao fato de oferecer um risco aumentado à saúde do paciente se administrado de forma errada, podendo acarretar lesões graves ou até sua morte (ISMP's, 2014). Nos hospitais, os erros de medicação, que são definidos como qualquer evento evitável que pode causar ou conduzir ao uso inadequado de medicamentos, constituem-se como uma das principais causas de morbidade dos pacientes internados (NCC MERP, 1998). O problema se agrava quando se trata dos MPPs. As prescrições inadequadas corroboram para o surgimento desses erros, assim como à prática profissional inadequada, procedimentos, falhas na comunicação, administração e uso de medicamentos (OLLIVIER et al., 2004).

OBJETIVOS

Avaliar as prescrições de medicamentos potencialmente perigosos em um Hospital do sudoeste baiano quanto aos aspectos legais. Assim como determinar a ocorrência de erros nas prescrições e identificar quais são os MPP's mais envolvidos nesses erros.

MÉTODO

Foi realizado estudo descritivo, transversal, exploratório em um hospital do sudoeste Baiano, localizado na cidade de Guanambi-BA. A coleta de dados foi realizada no período de janeiro à março de 2018, utilizando um checklist estruturado à partir do estudo de Rosa et al., (2009). As prescrições analisadas foram obtidas da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e Unidade de Atendimento a Pacientes Graves (UAPG). Os MPPs alvos do estudo foram identificados de acordo à lista de MPPs do hospital estudado. Os dados foram analisados através de estatística descritiva. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética com parecer de número 2.420.322.

RESULTADOS

Um total de 1483 prescrições de MPPs foram analisadas, uma média de 3,89 por prescrição, sendo identificados 32 MPPs diferentes, os mais comuns: Midazolam (15,9%), Enoxaparina (12,9%), Fentanil (11,8%), Heparina (8,5%) e Cloreto de Potássio (7,1%).

A maioria dos MPP's foram encontrados nas prescrições da UTI. Das prescrições analisadas, 363 apresentaram erros em todas as dimensões avaliadas, nenhuma prescrição atendeu a todos os critérios estabelecidos, assim, a taxa de erro de prescrição foi de 100%.

ERROS MAIS COMUNS NAS PRESCRIÇÕES DOS MPPS

Tipo de erro	Nº	%
Omissão	1423	96
Taxa de infusão (pouco legível ou duvidosa)	897	60
Via de administração (pouco legível ou duvidosa)	914	62

Em 78,6% das prescrições analisadas, foi identificada a presença de pelo menos uma abreviatura associada a ocorrência de erros de medicação.

CONCLUSÃO

A taxa elevada de erros nas prescrições de MPPs, nesta instituição, demonstra a necessidade de adoção de medidas para melhorar as práticas de prescrição destes medicamentos, a fim de evitar a ocorrência de erros que possam resultar em algum dano ao paciente. A análise farmacêutica da prescrição dos MPPs pode ser uma das estratégias adotadas pela instituição para a minimização destes erros de prescrição, além da padronização da prescrição e capacitação dos prescritores para a prescrição destes medicamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTE FOR SAFE MEDICATION PRACTICES. **ISMP's list of high-alert medications in Acute Care Settings**. 2014. Disponível em: <http://www.ismp.org/Tools/highalertmedications.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

NATIONAL COORDINATING COUNCIL FOR MEDICATION ERRORS REPORTING AND PREVENTION (NCC MERP). **Taxonomy of Medication Errors**. 1998. Disponível em: <https://www.nccmerp.org/sites/default/files/taxonomy-2001-07-31.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

OLLIVIER, V.; THELCIDE, C.; SIMON, C.; FAVIER, M. Standardized order form investigational drugs: effect on completeness of prescription. **Pharmacy World Science**, v. 26, n. 3, p. 178-179. 2004.

ROSA, M. B.; PERINI, E.; ANACLETO, T. A.; NEIVA, H. M.; BOGUTCHI, T. Erros na prescrição hospitalar de medicamentos potencialmente perigosos. **Revista de Saúde Pública**, Belo Horizonte, v.3, n.43, p.490-498, 2009.